



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI N° 1603/1969		
Ementa CONCEDE ALVARÁ DE CONSERVAÇÃO A CONSTRUÇÕES QUE SATISFAÇAM AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
Data da Norma 25/08/1969	Data de Publicação	Veículo de Publicação não tem publicação
Matéria Legislativa <u>Projeto de Lei n° 2291/1969</u> - Autoria: Prefeito Municipal		
Status de Vigência Revogada		
Observações Autor: WALMOR BARBOSA MARTINS (PREFEITO MUNICIPAL)		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 09/01/1996	Norma Relacionada <u>Lei Complementar n° 174/1996</u>	Efeito da Norma Relacionada Revogada por

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- L E I Nº 1 603, DE 25 DE AGOSTO DE 1969 -

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de
acôrdo com o que decretou a Câmara Muni-
cipal em sessão realizada no dia
20/8/1 969, PROMULGA a seguinte lei: ---

Art. 1º - As construções e reformas, con-
cluídas ou em fase adiantada de andamento, clandestinas ou
sem alvará, conflitantes ou não com a legislação municipal -
vigente, não regularizadas até à data da publicação desta -
lei, poderão obter alvará de conservação, desde que satisfa-
çam as condições mínimas de habitabilidade, higiene e segu-
rança, a juízo do Prefeito Municipal.

§ 1º - Entende-se como fase adiantada de
construção o estágio mínimo de alvenaria de tijolos no res-
paldo do fôrro.

§ 2º - Ficam excluídas dos benefícios desta
lei, as construções e reformas que: - a) - avancem em logradou-
ros públicos ou particulares; b) - constituam habitações de
mais de dois pavimentos, ou coletivas ou agrupadas.

§ 3º - Os órgãos competentes da Prefeitura
do Município poderão intimar os interessados a promoverem as
obras necessárias à satisfação das exigências mínimas referi-
das neste artigo.

Art. 2º - Para obtenção dos benefícios des-
ta lei, o interessado deverá: - A) - solicitar, através de
requerimento, os favores da presente lei, fornecendo deta-
lhes e a condição da obra; b) - providenciar a elaboração de
planta completa e fiel da construção ou reforma, bem como o
necessário memorial descritivo, no prazo de 30 (trinta) dias
após a vistoria por parte do órgão competente da municipali-
dade.

Parágrafo único - No caso de obra não olan-
destina, a regularização poderá ocorrer no processo já exis-
tente, desde que o interessado forneça os elementos completos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI 1603/1969
Fls. 33

fls. 2

Art. 3º - Na obtenção do alvará de que trata o artigo 1º desta lei, o proprietário pagará somente as taxas simples constantes do Código Tributário Municipal, ficando eximido do pagamento de todas as multas que recaiam sobre o imóvel e lavradas até à data da concessão do alvará.

Art. 4º - Havendo ação ajuizada, a concessão dos benefícios desta lei dependerá da prévia liquidação das custas e demais despesas judiciais.

Art. 5º - As construções e reformas que não preencham ou não venham a preencher as condições mínimas estabelecidas para obtenção do alvará de conservação, sofrerão o procedimento judicial cabível.

Art. 6º - Fica concedido um prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta lei, para que os interessados promovam a necessária regularização, gozando dos benefícios ora concedidos.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Walmor Barbosa Martins)
- PREFEITO MUNICIPAL -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e nove.

(Rubens Noronha de Mello)
- DIRETOR ADMINISTRATIVO -